

**DEMONSTRATIVOS**

**e**

**PARECERES**

  
**celpos**

# DEMONSTRATIVOS E PARECERES

## BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b> (Reapresentado)	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b> (Reapresentado)
<b>DISPONÍVEL</b>		215	438	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	9	2.490	2.897
<b>REALIZÁVEL</b>		707.542	682.944	Gestão previdencial		1.722	1.929
Gestão previdencial	4	150.924	154.153	Gestão administrativa		687	953
Gestão administrativa	5	930	894	Investimentos		81	15
<b>INVESTIMENTOS</b>	6	555.688	527.897	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	10	1.331	724
Créditos privados e depósitos		20.689	19.404	Gestão previdencial		1.331	724
Ações		16.735	16.735	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		704.094	679.922
Fundos de investimento		487.847	460.654	<b>Patrimônio de cobertura do plano</b>	11	691.868	670.185
Investimentos imobiliários		13.640	15.158	<b>Provisões matemáticas</b>		719.905	691.469
Empréstimos		16.777	15.946	Benefícios concedidos		551.114	526.012
<b>PERMANENTE</b>		158	161	Benefícios a conceder		168.791	165.457
Imobilizado	7	158	161	<b>Equilíbrio técnico</b>		(28.037)	(21.284)
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	8	263	299	(-) Déficit técnico acumulado		(28.037)	(21.284)
				<b>Fundos</b>	12	12.226	9.737
				Fundos previdenciais		3.151	2.154
				Fundos administrativos		5.532	4.988
				Fundos dos investimentos		3.543	2.595
				<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>		263	299
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>708.178</b>	<b>683.842</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>708.178</b>	<b>683.842</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010 (Reapresentado)	Variação (%)
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	679.922	624.806	9
<b>Adições</b>	92.492	147.610	(37)
Contribuições previdenciais	39.384	83.925	(53)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	48.450	60.143	(19)
Receitas administrativas	3.186	2.956	8
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	506	405	25
Reversão de contingências - Gestão administrativa	18	-	
Constituição de fundos de investimentos	948	181	424
<b>Destinações</b>	(68.320)	(92.494)	(26)
Benefícios	(64.548)	(89.343)	(28)
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(607)	(530)	15
Despesas administrativas	(3.165)	(2.619)	21
Constituição de contingências - Gestão administrativa	-	(2)	(100)
<b>Acréscimo/decréscimo no patrimônio social</b>	24.171	55.116	(56)
Provisões matemáticas	28.435	29.146	(2)
Fundos previdenciais	997	152	556
Fundos administrativos	544	740	(26)
Fundos dos investimentos	948	181	424
Superávit (déficit) técnico do exercício	(6.753)	24.897	(127)
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO</b>	704.094	679.922	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Varição (%)
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	4.988	4.248	17
<b>Custeio da gestão administrativa</b>	3.710	3.361	10
<b>Receitas</b>	3.710	3.361	10
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.488	2.311	8
Custeio administrativo dos investimentos	514	493	4
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	162	152	7
Resultado positivo dos investimentos	506	405	25
Reversão de contingências	18	-	
Outras receitas	22	-	
<b>Despesas administrativas</b>	(3.166)	(2.621)	21
<b>Administração previdencial</b>	(1.673)	(1.442)	16
Pessoal e encargos	(662)	(577)	15
Treinamentos/congressos e seminários	(19)	(20)	(5)
Viagens e estadias	(62)	(56)	11
Serviços de terceiros	(414)	(329)	26
Despesas gerais	(488)	(408)	20
Depreciações e amortizações	(28)	(51)	(45)
Contingências	-	(1)	(100)
<b>Administração dos investimentos</b>	(1.493)	(1.179)	27
Pessoal e encargos	(623)	(507)	23
Treinamentos/congressos e seminários	(21)	(21)	-
Viagens e estadias	(85)	(48)	77
Serviços de terceiros	(329)	(273)	21
Despesas gerais	(408)	(329)	24
Depreciações e amortizações	(27)	-	
Contingências	-	(1)	(100)
<b>Sobra (insuficiência) da gestão administrativa</b>	544	740	(26)
<b>Constituição (reversão) do fundo administrativo</b>	544	740	(26)
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL</b>	5.532	4.988	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010 (Reapresentado)	Variação (%)
<b>ATIVOS</b>	625.073	607.344	3
Disponível	66	159	(58)
Recebível	152.583	155.858	(2)
<b>INVESTIMENTO</b>	472.424	451.327	5
Créditos privados e depósitos	19.719	18.486	7
Ações	16.734	16.734	-
Fundos de investimento	408.942	387.915	5
Investimentos imobiliários	13.640	15.158	(10)
Empréstimos	13.389	13.034	3
<b>OBRIGAÇÕES</b>	2.960	2.328	27
Operacional	1.629	1.604	2
Contingencial	1.331	724	84
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	6.046	5.248	15
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	3.027	2.229	36
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	616.067	599.768	3
Provisões matemáticas	644.104	621.052	4
Superávit (déficit) técnico	(28.037)	(21.284)	32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
<b>ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	599.768	596.691	1
<b>Adições</b>	77.795	91.331	(15)
Contribuições	35.338	35.030	1
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	42.457	56.301	(25)
<b>Destinações</b>	(61.496)	(88.254)	(30)
Benefícios	(59.372)	(86.352)	(31)
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(607)	(530)	15
Custeio administrativo	(1.517)	(1.372)	11
<b>Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido</b>	16.299	3.077	430
Provisões matemáticas	23.052	(21.820)	(206)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(6.753)	24.897	(127)
<b>ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO</b>	616.067	599.768	3
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	6.046	5.248	15
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	3.027	2.229	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
<b>ATIVOS</b>	82.155	75.246	9
Disponível	82	94	(13)
Recebível	3.873	3.285	18
<b>INVESTIMENTO</b>	78.200	71.867	9
Créditos privados e depósitos	970	918	6
Fundos de investimento	73.842	68.037	9
Empréstimos	3.388	2.912	16
<b>OBRIGAÇÕES</b>	174	340	(49)
Operacional	174	340	(49)
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	3.030	2.335	30
Fundos administrativos	2.513	1.969	28
Fundos dos investimentos	517	366	41
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	78.951	72.571	9
Provisões matemáticas	75.801	70.417	8
Fundos previdenciais	3.150	2.154	46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
<b>ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	72.571	21.453	238
<b>Adições</b>	12.527	54.746	(77)
Contribuições	6.535	50.905	(87)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	5.992	3.841	56
<b>Destinações</b>	(6.146)	(3.628)	69
Benefícios	(5.175)	(2.991)	73
Custeio administrativo	(971)	(637)	52
<b>Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido</b>	6.380	51.118	(88)
Provisões matemáticas	5.383	50.966	(89)
Fundos previdenciais	997	152	556
<b>ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO</b>	78.951	72.571	9
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	3.030	2.335	30
Fundos administrativos	2.513	1.969	28
Fundos dos investimentos	517	366	41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	616.067	599.768	3
<b>Provisões matemáticas</b>	644.104	621.052	4
<b>Benefícios concedidos</b>	550.658	524.247	5
Benefício definido	550.658	524.247	5
<b>Benefício a conceder</b>	93.446	96.805	(3)
Benefício definido	93.446	96.805	(3)
<b>Equilíbrio técnico</b>	(28.037)	(21.284)	32
<b>Resultados realizados</b>	(28.037)	(21.284)	32
(-) Déficit técnico acumulado	(28.037)	(21.284)	32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010 (Reapresentado)	Variação (%)
<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	75.801	70.417	8
<b>Provisões matemáticas</b>	75.801	70.417	8
<b>Benefícios concedidos</b>	456	1.765	(74)
Contribuição definida	456	1.765	(74)
<b>Benefício a conceder</b>	75.345	68.652	10
Contribuição definida	75.345	68.652	10
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)	48.702	43.125	13
Saldo de contas - Parcela participantes	26.643	25.527	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

## 1. Contexto operacional

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“CELPOS” e ou “Entidade”) é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, localizada à Rua João Fernandes Vieira, 190, Boa Vista, Recife-PE, constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 2.376 de 19 de janeiro de 1981, publicada no DOU de 21 de janeiro de 1981.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade suplementar, para os empregados da Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE e seus próprios empregados, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de Pensão por Morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE e a própria Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS. Nos exercícios de 2011 e 2010, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real

contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribui com igual valor, para o Plano BD. Para CELPOS CD, além da contribuição previdenciária, a patrocinadora também contribui com o Custeio Administrativo e o Fundo de Risco;

- das contribuições de seus participantes, onde os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 3,12% até 37,17% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 10,41% para ativos e autopatrocinados e de 10,25% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição; e

- dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto nas Resoluções nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 e nº 3.846 de 25 de março de 2010, ambas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A Entidade aplica a totalidade de seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições, e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2011, a Entidade possuía um total de 4.851 (4.868 em 2010) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes Ativos		Participantes Assistidos		Pensionistas		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Benefício definido	662	696	2.287	2.315	813	773	3.762	3.784
Contribuição definida	1.063	1.059	23	22	3	3	1.089	1.084
	1.725	1.755	2.310	2.337	816	776	4.851	4.868

No Demonstrativo Atuarial - DÁ a quantidade de participantes refere-se a novembro de 2011, mês base para avaliação atuarial.

## 2. Base de preparação

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, a qual revoga a CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução CNPC nº 1, de 16 de março de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

As demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 4 (quatro) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

- **Gestão previdencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- **Gestão administrativa** - Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
- **Gestão assistencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.
- **Fluxo dos investimentos** - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano.

A administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 15 de março de 2012.

#### *b) Base de mensuração*

As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### *c) Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### *d) Uso de estimativas e julgamentos*

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua operação.

### **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

No Balanço Patrimonial, os valores correspondentes ao exercício 2010, apresentados para fins de comparação, estão reapresentados devido à transferência dos valores de depósitos judiciais relativos às contingências da Gestão Previdencial no valor de R\$ 248, conforme Instrução Normativa MPS/PREVIC nº 5 de 8 de setembro de 2011, não acarretando quaisquer efeitos ao Patrimônio Social dos planos:

<b>De:</b>	<b>Para:</b>
Passivo	Ativo
Exigível contingencial	Realizável
Gestão Previdencial	Gestão Previdencial
Depósitos judiciais / recursais	Depósitos judiciais / recursais

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 8, efetuou a substituição da Demonstração das Mutações do Ativo Líquido (DMAL) consolidada pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (DMPS). A conciliação dos saldos da DMAL e DMPS relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

	<b>Saldo originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes e reclassificações</b>	<b>Saldo reapresentado</b>
<b>Patrimônio social (ativo líquido) no início do exercício</b>	618.144	6.662	624.806
<b>Acréscimos no patrimônio</b>			
- Fundos administrativos	4.248		
- Fundos dos investimentos	2.414		

*a.Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas*

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência.

*b.Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial*

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

*c. Provisões*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

#### **i.Provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

## **ii. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos**

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

## **iii. Provisão para contingências**

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial este deve ser registrado no ativo realizável em decorrência da alteração determinada na Instrução MPS-PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011.

## **iiii. Provisões matemáticas**

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

*Benefícios concedidos* - Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.

*Benefícios a conceder* - Registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

#### *d. Ativo realizável - fluxo dos investimentos*

A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

##### **i. Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado**

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela “curva do papel”). A PREVIC permite que as entidades fechadas de previdência complementar que possuam títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos marcados “pela curva do papel”, sejam classificados como “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme legislação em vigor.

##### **ii. Ações e fundos de investimentos de ações**

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados esses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado.

### **iii. Investimentos imobiliários**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

#### *e. Operações com participantes*

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.

#### *Empréstimos de ordem pessoal*

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Entidade, a carteira deve no mínimo alcançar a meta atuarial (INPC + 6% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 48 meses, podendo ser concedidos para os Ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

#### *f. Imobilizado - (Permanente)*

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos e Licença de uso.

### *g. Operações administrativas*

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº8 de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

- Receitas - Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas específicas - Alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas comuns - Utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

#### 4. Realizável da gestão previdencial

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está composta conforme discriminado a seguir:

	2011	2010 (Reapresentado)
Contribuições do mês - Patrocinador (a)	1.744	1.605
Contribuições do mês - Participantes (b)	924	894
Contribuições contratadas - Patrocinador (c)	147.262	150.255
Outros recursos a receber	629	1.058
Adiantamentos	1	1
Depósitos judiciais/recursais	264	248
Outros realizáveis	100	92
	150.924	154.153

(a) *Contribuição do mês* – patrocinador: Em dezembro de 2011 os lançamentos de contribuição extraordinária estão na mesma rubrica de contribuições normais devido à alteração na legislação.

(b) *Contribuição do mês* – participante: Em dezembro de 2011 os lançamentos de contribuição extraordinária estão na mesma rubrica de contribuições normais devido à alteração na legislação.

(c) *Contribuições contratadas* – patrocinador: Decorre de instrumentos contratuais de ratificação de compromisso, consolidação e parcelamento dos benefícios a conceder, assinados em 19/09/2001 e aditados em junho de 2003 cujo valor está sendo amortizado em 192 parcelas mensais, desde 26 de janeiro de 2008 sendo a última parcela em 26 de dezembro de 2023. O contrato é atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano.

#### 5. Realizável da gestão administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Contribuições para custeio - Patrocinador	267	249
Contribuições para custeio - Participantes	99	131
Responsabilidade de empregados	10	14
Responsabilidade de terceiros	48	42
Outros recursos a receber	65	25
Despesas antecipadas	1	-
Outros realizáveis – Impostos a recuperar	49	49
Outros realizáveis - Valores a receber transferidos	391	384
	930	894

## 6. Realizável dos investimentos - (Planos Previdenciais e PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são apresentados a seguir:

	2011	2010
<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>		
Créditos privados e depósitos		
Companhias abertas		
Gafisa S.A.	3.151	2.982
<b>Total de créditos privados e depósitos</b>	<b>3.151</b>	<b>2.982</b>
<b>Ações</b>		
Companhias abertas		
Brasil Telecom S.A.	5	5
Outros emissores		
CIA. Vale do Rio Doce	2	2
Shopping Center Tacaruna S.A.	16.728	16.728
<b>Total de ações</b>	<b>16.735</b>	<b>16.735</b>
<b>Fundos de investimento</b>		
Renda fixa		
HSBC FI RF ALM BD	3.849	13.131
BB Institucional Federal	5.064	4.703
<b>Ações</b>		
Ennesa FIA	9.325	9.321
Fator Celpos Calhetas FIA	32.916	37.731
Fator Sinergia III	1.129	2.855
Fator Sinergia IV	6.260	5.609
Itaú RPI Ações IBOVESPA Ativo FI	1.952	-
Mellon Capibaribe FIA	31.181	36.296
Mellon Income FIA	3.709	3.000
Sul América Expertise FIA	1.815	

	2011	2010
Multimercado		
Santander FI Eletron Multimercado	69.080	58.601
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário	51.567	46.382
BB Itamaraca FIM LP	41.718	52.375
Participações		
Rio Bravo Energia I- FIP	1.565	592
Imobiliário		
Panamby	5.809	5.556
Geo Guararapes	151	88
Shopping Guararapes	1.198	1.198
<b>Total defundos de investimento</b>	<b>268.288</b>	<b>277.438</b>
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>288.174</b>	<b>297.155</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	17.538	16.423
<b>Total de créditos privados e depósitos</b>	<b>17.538</b>	<b>16.423</b>
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		
HSBC FI RF ALM BD	219.559	182.647
Multimercado		
Santander FI Eletron Multimercado	-	568
<b>Total de fundos de investimento</b>	<b>219.559</b>	<b>183.215</b>
<b>Total de títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>237.097</b>	<b>199.638</b>
<b>Investimentos imobiliários</b>		
Aluguéis e rendas	13.623	15.139
Outros investimentos imobiliários	17	19
<b>Total de investimentos imobiliários</b>	<b>13.640</b>	<b>15.158</b>
<b>Operações com participantes Empréstimos</b>	<b>16.777</b>	<b>15.946</b>
<b>Total dos investimentos</b>	<b>555.688</b>	<b>527.897</b>

Abaixo são apresentados os fatos relevantes ocorridos no exercício de 2011 para os Investimentos:

O Fundo Fator Sinergia III deu início ao período de desinvestimento em outubro de 2010. Neste exercício, foi dada continuidade a este processo, sendo realizadas 4 amortizações correspondentes ao montante de R\$ 1.578.

O Fundo Rio Bravo Energia I – FIP continua em período de investimento. Em 2011, houve 4 chamadas de capital, totalizando investimento no valor de R\$ 1.000. Em relação ao montante comprometido de R\$ 4.000, já foram aportados o valor de R\$ 1.600.

#### Plano BD

- Janeiro/2011: Aquisição de Cotas do Fundo Mellon Arx Income FIA;
- Abril/2011: Alongamento do prazo médio da carteira de investimento através do leilão de troca de títulos públicos do Fundo ALM;
- Julho/2011: Aquisição de Cotas do Fundo Sul América Expertise FIA.

#### Celpos CD

- Julho/2011: Aquisição de Cotas dos Fundos Sul América Expertise FIA e Itaú RPI Ações IBOVESPA Ativo FI.

Em atendimento ao artigo 8º, da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002 a composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2011:

#### a. Títulos para negociação

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado Plano BD	Valor de mercado Celpos CD	Valor de mercado PGA	Vencimento
<b>HSBC FI RF ALM BD</b>							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional-Série C	998	1.094	2.708	2.708	-	-	2017
Operações Compromissadas LTN- O	1.585	1.144	1.145	1.145	-	-	2012
Contas a pagar/receber		-	(4)	(4)	-	-	
Sub Total		2.238	3.849	3.849	-	-	

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado Plano BD	Valor de mercado Celpos CD	Valor de mercado PGA	Vencimento
<b>Santander FI Eletron Multimercado</b>							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	6.448	28.744	32.374	9.169	23.205	-	2013 a 2015
Letras do Tesouro Nacional	1.200	853	879	249	630	-	2015
Notas do Tesouro Nacional-Série B	8.006	16.089	17.737	5.024	12.713	-	2012 a 2050
Notas do Tesouro Nacional-Série F	2.640	2.447	2.768	784	1.984	-	2012
Operações Compromissadas LTN-O	5435	4.831	4.833	1.369	3.464	-	2012
Títulos Privados							
CDB	5.300	5.300	5.351	1.516	3.835	-	2012
Debêntures	297	2.845	2.995	848	2.147	-	2013
Letras Financeiras	2	2.000	2.122	601	1.521	-	2013
Opções de futuros		10	18	5	13	-	2012
Contas a pagar/receber		-	3	1	2	-	
Subtotal		63.119	69.080	19.566	49.514	-	
<b>Amaraji Celpos Mult. Previdenciário</b>							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	4.740	23.637	23.797	18.900	4.897	-	2012
Letras do Tesouro Nacional	1.900	1.446	1.576	1.252	324	-	2013 a 2015
Notas do Tesouro Nacional-Série B	4.829	9.844	10.702	8.500	2.202	-	2013 a 2045
Operações Compromissadas LTN-O	3.455	2.495	2.496	1.982	514	-	2012
Títulos Privados							
CDB	3.407	3.746	4.766	3.785	981	-	2016
Debêntures	100	1.011	1.026	815	211	-	2018
Letras Financeiras	9	5.500	5.811	4.615	1.196	-	2013
Ações	10.948	227	227	180	47	-	
Derivativos (BOX-PRE)	773.000	1.139	1.163	924	239	-	2012
Contas a pagar/receber		-	3	2	1	-	
Subtotal		49.045	51.567	40.955	10.612	-	

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado Plano BD	Valor de mercado Celpos CD	Valor de mercado PGA	Vencimento
<b>BB Itamaraca FIM LP</b>							
<b>Titulos Públicos</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	6.436	28.509	32.313	32.313	-	-	2013
Notas do Tesouro Nacional-Série B	3.739	7.336	8.326	8.326	-	-	2012 a 2050
Operações Compromissadas NTN-F-O	1.129	1.081	1.081	1.081	-	-	2012
Contas a pagar/receber		-	(2)	(2)	-	-	
Subtotal		36.926	41.718	41.718	-	-	
<b>Fator Celpos Calhetas FIA</b>							
<b>Titulos Públicos</b>							
Operações Compromissadas LTN-O	523	497	497	448	49	-	2012
Ações	1.361.280	45.428	31.944	28.822	3.122	-	
Contas a pagar/receber		-	475	429	46	-	
Subtotal		45.925	32.916	29.699	3.217	-	
<b>Mellon Capibaribe FIA</b>							
<b>Titulos Públicos</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	312	1.550	1.567	1.478	89	-	2013
Operações Compromissadas LTN-O	1.139	1.029	1.030	972	58	-	2012
Ações	1.407.108	26.437	28.349	26.754	1.595	-	
Contas a pagar/receber		-	235	222	13	-	
Subtotal		29.016	31.181	29.426	1.755	-	
<b>Carteira própria</b>							
<b>Fundos de investimentos</b>							
BB Institucional Federal		4.419	5.064	-	-	5.064	
Ennesa FIA		2.700	9.325	9.325	-	-	
Fator Sinergia III		1.982	1.129	1.024	105	-	
Fator Sinergia IV		6.413	6.260	3.363	2.897	-	
Itaú RPI Ações IBOVESPA		1.959	1.952	-	1.952	-	
Mellon Income FIA		3.802	3.709	826	2.883	-	
Sul América Expertise FIA		2.000	1.815	908	907	-	

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado Plano BD	Valor de mercado Celpos CD	Valor de mercado PGA	Vencimento
Rio Bravo Energia I- FIP		1.600	1.565	1.565	-	-	
FII-Panamby		2.238	5.809	5.809	-	-	
FII-Geo Guararapes		2.548	151	151	-	-	
FII-Shopping Guararapes		3.741	1.198	1.198	-	-	
Subtotal		33.402	37.977	24.169	8.744	5.064	
<b>Créditos privados e depósitos</b>							
Gafisa S.A.	2.890	2.911	3.151	2.181	970	-	15/10/2016
Subtotal		2.911	3.151	2.181	970		
<b>Ações</b>							
<b>Companhias abertas</b>							
Brasil Telecom S.A.	445	5	5	5	-	-	
<b>Outros emissores</b>							
CIA. Vale do Rio Doce	52.294	1	2	2	-	-	01/07/2020
Shopping Center Tacaruna S.A.	1.993	9.105	16.728	16.728	-	-	08/07/2020
Sub total		9.111	16.735	16.735	-	-	
Total da carteira própria		45.424	57.863	43.085	9.714	5.064	
<b>Total dos títulos para negociação</b>		<b>271.693</b>	<b>288.174</b>	<b>208.298</b>	<b>74.812</b>	<b>5.064</b>	

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Anbima.
- Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia.
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia.
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia.

- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data da publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

## b. Títulos mantidos a vencimento

	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/11 Consolidado	Valor em 31/12/11 Plano BD	Valor em 31/12/2011 Celpos CD	Valor de Mercado (*)	Vencimento
<b>HSBC FI RF ALM BD</b>							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional	3.200	2.475	2.753	2.753	-	2.838	01/04/2013
Subtotal		2.475	2.753	2.753	-	2.838	
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.531	3.436	4.916	4.916	-	5.501	15/05/2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.516	5.489	6.916	6.916	-	7.681	15/05/2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.290	22.598	23.614	23.614	-	25.032	15/08/2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.688	16.722	23.015	23.015	-	28.613	15/08/2024
Notas do Tesouro Nacional - Série B	7.819	15.742	16.439	16.439	-	17.724	15/08/2030
Notas do Tesouro Nacional - Série B	39.107	59.407	72.380	72.380	-	88.110	15/05/2035
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.893	6.004	6.130	6.130	-	6.637	15/08/2040
Notas do Tesouro Nacional - Série B	31.271	51.868	58.959	58.959	-	71.114	15/05/2045
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.100	4.372	4.437	4.437	-	4.827	15/08/2050
Subtotal		185.638	216.806	216.806	-	255.239	
Total -Títulos públicos		188.113	219.559	219.559	-	258.077	
<b>Carteira própria</b>							
Créditos Privados e Depósitos							
Companhias Abertas							
BNDES Participações S.A.	13.500	13.500	17.538	17.538	-	18.192	15/08/2013
Subtotal		13.500	17.538	17.538	-	18.192	
<b>Total dos títulos mantidos a vencimento</b>		201.613	237.097	237.097	-	276.269	

(\*) PU de Mercado divulgado pela ANDIMA.

Os títulos mantidos até o vencimento estão alocados no Fundo Exclusivo HSBC FI ALM BD, sendo composto por títulos públicos (LTN e NTN-B) com vencimento entre 2013 a 2050, e na Carteira Própria da CELPOS, temos a Debênture BNDESPAR com vencimento para 15 de agosto de 2013.

De acordo com o estudo de ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a administração da Entidade decidiu manter as aplicações em LTN e NTN-B em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 6% a.a.), risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial. Além disso, em 14 de abril de 2011 houve o alongamento do prazo médio da carteira de investimento através do leilão de troca de títulos públicos, demonstradas abaixo:

Venda		Aquisição	
Quantidade	Vencimento	Quantidade	Vencimento
9.625	15/05/2012	5.440	15/08/2020
		4.408	15/08/2030

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

### c. Composição dos títulos por vencimento

	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Títulos para negociação</b>										
Créditos privados e depósitos	-	-	2.181	-	-	970	-	-	-	3.151
Ações	5	-	16.730	-	-	-	-	-	-	16.735
Fundos de Investimentos	92.378	18.532	78.471	23.927	5.572	44.344	5.064	-	-	268.288
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>										
Créditos privados e depósitos	-	-	17.538	-	-	-	-	-	-	17.538
Fundos de Investimentos	-	-	219.559	-	-	-	-	-	-	219.559
<b>Investimentos imobiliários</b>	13.640	-	-	-	-	-	-	-	-	13.640
<b>Operações com participantes (empréstimos)</b>	-	-	13.389	-	-	3.388	-	-	-	16.777
	106.023	18.532	347.868	23.927	5.572	48.702	5.064			555.688

## Fundos de investimentos exclusivos

A composição dos investimentos realizados em Fundos de Investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

	2011	2010
<b>HSBC FI RF ALM BD</b>		
Títulos para negociação		
Títulos públicos federais		
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.354
Notas do Tesouro Nacional - Série C	2.708	2.557
Operações compromissadas LTN-O	1.145	5.452
	3.853	12.363
Créditos privados e depósitos - Tractebel Energia S.A.	-	771
Outros ( tesouraria /contas a pagar e receber)	(4)	(3)
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Letras do Tesouro Nacional	2.753	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	216.806	182.647
	219.559	182.647
	223.408	195.778
<b>Santander FI Eletron Multimercado</b>		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	32.374	22.242
Letras do Tesouro Nacional	879	11.795
Notas do Tesouro Nacional - Série B	17.737	2.721
Notas do Tesouro Nacional - Série F	2.768	12.978
Operações Compromissadas LTN-O	4.833	-
	58.591	49.736

	2011	2010
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>		
<b>Instituições Financeiras</b>		
Bradesco S.A.	-	4.732
Banco Santander S.A.	5.041	-
Banco Votorantim	310	-
<b>Letras Financeiras</b>		
Banco Itaú S.A.	2.122	-
<b>Companhias Abertas</b>		
Tractebel Energia S.A.	-	1.151
Vale S.A	2.995	2.977
	10.468	8.860
<b>Derivativos</b>		
<b>Mercados Futuros</b>		
Opções de Futuros	18	-
Outros (Tesouraria/contas a pagar e receber)	3	5
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>		
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	568
	69.080	59.169
<b>Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário</b>		
<b>Títulos para Negociação</b>		
<b>Títulos Públicos Federais</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	23.797	23.002
Letras do Tesouro Nacional	1.576	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	10.702	9.537
Operações Compromissadas LTN - O	2.496	-
Operações Compromissadas NTN - O	-	8.545
	38.571	41.084

	2011	2010
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>		
<b>Instituições Financeiras</b>		
Bradesco S.A.	4.766	4.384
<b>Letras Financeiras</b>		
Banco Itaú S.A.	2.111	-
Banco Safra S.A.	3.700	-
<b>Companhias Abertas</b>		
Companhia Energética do Ceará - COELCE	1.026	-
	11.603	4.384
<b>Ações</b>		
Nível 1	-	377
Novo Mercado	172	535
Sem classificação	55	-
	227	912
<b>Derivativos</b>		
BOX -PRE	1.163	-
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	3	2
	51.567	46.382
<b>BB Itamaracá FIM LP</b>		
<b>Títulos para Negociação</b>		
<b>Títulos Públicos Federais</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	32.313	38.457
Notas do Tesouro Nacional - Série B	8.326	11.702
Operações Compromissadas LTN - O	-	2.219
Operações Compromissadas NTN-F - O	1.081	-
	41.720	52.378
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	(2)	(3)
	41.718	52.375

	2011	2010
<b>FatorCelpos Calhetas FIA</b>		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Operações Compromissadas LTN - O	497	1.066
	497	1.066
<b>Ações</b>		
Nível 1	16.552	14.861
Nível 2	632	-
Novo Mercado	6.746	13.438
Sem Classificação	8.014	8.618
	31.944	36.917
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	475	(252)
	32.916	37.731
<b>Mellon Capibaribe FIA</b>		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	1.567	-
Operações Compromissadas LTN - O	1.030	-
Operações Compromissadas NTN - O	-	534
	2.597	534
<b>Ações</b>		
Nível 1	13.163	16.631
Nível 2	455	389
Novo mercado	4.533	4.901
Sem classificação	10.198	13.568
	28.349	35.489
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	235	273
	31.181	36.296

## Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	2011	2010
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas		
Terrenos	1.692	1.692
Edificações	7.902	7.902
(-) Depreciação	(557)	(391)
Aluguéis a receber	73	21
Imobilizações em andamento	21	-
Rendas de participações	4.492	5.915
	13.623	15.139
Outros investimentos imobiliários	17	19
	13.640	15.158

Os imóveis pertencem à carteira do Plano BD, sendo compostos por uso próprio, locados a patrocinadores, locados a terceiros, participações em shopping e outros investimentos imobiliários. A precificação está baseada nas reavaliações efetuadas nos exercícios de 2009 e 2010, suportadas por laudos técnicos.

A provisão para perda com alienação de imóveis, constituída em virtude de atraso dos pagamentos, corresponde ao saldo de R\$ 30 mil em 2011 (R\$ 30 mil em 2010), a provisão foi constituída com base na rubrica - Direito em Alienações de Investimentos Imobiliários.

Em fevereiro/2011, houve a venda da participação societária no empreendimento River Shopping no valor de R\$ 2.050 mil, resultando em um ganho para a Celpos no valor de R\$ 430 mil.

De acordo com a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Celpos, realizada no dia 25/04/2011, foi aprovada a participação da Celpos na 2ª expansão do empreendimento Shopping Tacaruna. Os aportes financeiros foram iniciados em 10/2011, totalizando o montante de R\$ 95 mil no exercício.

## Empréstimos a Participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2011	2010
Plano BD	13.389	13.034
Celpos CD	3.388	2.912
	16.777	15.946

Os empréstimos a participantes são remunerados *pro rata temporis* pela rentabilidade da caderneta de poupança estabelecida para o último dia do mês, acrescida de juros de 1% a. m.

## 7. Permanente (gestão administrativa)

	2011	2010
Custo	591	633
(-) Depreciação	(433)	(472)
	158	161

## 8. Gestão assistencial

	2011	2010
Disponível	111	154
Realizável	152	145
	263	299

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais e de cobranças do SUS (Sistema Único de Saúde) referente a atendimentos pelo referido sistema, dos participantes do CELPOS SAÚDE, ambos ainda, em tramite.

## 9. Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são assim demonstrados:

### Gestão Previdencial

	2011	2010
Benefícios a pagar	296	400
Retenções a recolher	463	455
Recursos antecipados	1	19
Créditos não identificados	6	6
Valores a pagar transferidos	591	669
Cobertura das despesas administrativas	365	380
	1.722	1.929

### Gestão administrativa

	2011	2010
Contas a pagar		
Pessoal	136	107
Material	26	17
Serviço de terceiros	75	31
Tributos	27	22
Retenções a recolher	15	12
Valores a pagar transferidos	400	759
Repasses	8	5
	687	953

## Investimentos

	2011	2010
Ações	15	-
Investimentos imobiliários	16	3
Empréstimos e financiamentos	12	12
Outras exigibilidades	38	-
	81	15

## 10.Exigível contingencial

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas. Estes valores correspondem às ações cíveis, trabalhistas e federais, baseada na opinião de seus consultores jurídicos quanto às expectativas de perda. A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 1.331 (R\$ 724 em 2010).

## 11.Provisões matemáticas e equilíbrio técnico

Para fins de atendimento da Resolução CGPC N° 18 de 28 de março de 2006, a análise das Hipóteses Atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2011, foi apresentada através do relatório atuarial JM/2721/2011 datado de 23 de setembro de 2011, e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 26 de outubro de 2011. A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2011 e 2010:

Plano BD	2011	2010
Taxa real anual de juros	6%	6%
Projeção de crescimento real de salário	Entre 1% e 2%	Entre 1% e 2%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-2000	qx da AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83	$q_x^i = q_x$ da AT-49
Tábua de entrada em invalidez	Light-fraca	Light-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

<b>Celpos CD</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da Entidade	Não aplicável	Não aplicável
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-49	qx da AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light-média	Light-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas dos Planos e o Deficit Técnico acumulado do Plano BD estão demonstrados como segue:

<b>Consolidado</b>	<b>2011</b>	<b>2010 (Reapresentado)</b>
<b>Benefícios concedidos</b>		
Contribuição definida	456	1.765
Benefício definido Estruturado em Regime de Capitalização	550.658	524.247
	551.114	526.012
<b>Benefícios a conceder</b>		
Contribuição definida	75.345	68.652
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	89.518	89.540
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	3.928	7.265
	168.791	165.457
<b>Equilíbrio técnico</b>	(28.037)	(21.284)
	691.868	670.185

A reapresentação do exercício 2010 decorre da reclassificação do Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição - Fundo de Risco, conforme previsto o desuso na IN nº5 de 08 de setembro de 2011 e realocado, em conformidade com a Nota Técnica Atuarial do plano de benefícios JM 2752/2011, para o grupo de Fundos – Fundo Coletivo de Benefício de Risco do plano CELPOS CD.

Plano BD	2011	2010
<b>Benefícios concedidos</b>		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	550.658	524.247
	550.658	524.247
<b>Benefícios a conceder</b>		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	89.518	89.540
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	3.928	7.265
	93.446	96.805
<b>Equilíbrio técnico</b>	(28.037)	(21.284)
<b>Patrimônio de cobertura dos planos</b>	616.067	599.768

A situação financeiro-atuarial, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 31 de janeiro de 2006, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, bem como avaliada com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Tábua Geral de Mortalidade “qx da AT-2000 (masculina)” no lugar da Tábua Geral de Mortalidade “qx da AT-83 (masculina)”, da adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina)” no lugar da Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$  da AT-49 (masculina)” e da adoção da Tábua de entrada em Invalidez “LIGHT-FRACA”, no lugar da Tábua LIGHT-MÉDIA, apresentou em 31 de dezembro de 2011, um Deficit Técnico Acumulado de R\$ 28.037, equivalente a 4,55% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 616.067.

Durante o exercício de 2011, a rentabilidade nominal líquida do Plano BD obtida foi de 10,34% (12,81% em 2010) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 12,59%, o que em termos reais, representou obter mais 3,88%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 6% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, com um mês de defasagem na sua aplicação.

### Equacionamento do Deficit

Destacamos que, em conformidade com o Plano de Equacionamento do Deficit Técnico registrado no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentado no Parecer Atuarial do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA do exercício de 2010, em vigência no Plano BD - Benefícios Definidos, a totalidade do Deficit Técnico de R\$ 23.964 existente em 31 de dezembro de 2010, deixou de existir, se revertendo, nessa mesma data, num Superavit Técnico de R\$ 2.855.

Em 31 de dezembro de 2011, o plano registrou um Deficit Técnico ainda não equacionado, representado pela diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros e o Valor Atual das Contribuições Futuras, devidamente deduzida do Valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 28.037, do qual R\$ 13.361 são de natureza conjuntural por ser decorrente da não obtenção da meta atuarial de rentabilidade ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e os restantes R\$ 14.676 são de natureza estrutural, basicamente decorrente das hipóteses atuariais adotadas, conforme relatada na Demonstração Atuarial – DA, devendo o Deficit Técnico ser equacionado em conformidade com a Resolução CGPC/MPS N° 26/2008.

No Demonstrativo Atuarial – DA 2011, está apresentado o plano anual de custeio, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, com os ajustes contributivos a serem realizados nas contribuições dos participantes e dos assistidos, bem como nas contribuições do Patrocinador para dar o devido equacionamento.

Celpos CD	2011	2010 (Reapresentado)
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	456	1.765
	456	1.765
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	75.345	68.652
	75.345	68.652
Patrimônio de cobertura dos planos	75.801	70.417

Pela natureza do plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superavit Técnico Acumulado ou Deficit Técnico Acumulado.

## 12. Fundos

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa Jessé Montello Serviço Técnico em Atuária e Economia Ltda. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.151 (R\$ 2.154 em 2010).

O Fundo da Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 5.532 (R\$ 4.988 em 2010).

O Fundo dos Investimentos, denominado Reserva de Quitação por Morte – RQM é constituído para fazer

face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.543 (R\$ 2.595 em 2010).

### **13. Apresentação dos efeitos da consolidação**

Conforme Instrução nº 34 - item 5 e 6 do Anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a Gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio.

### **14. Contingência ativa - Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND**

Em atenção ao princípio da prudência, determinado pela Resolução CFC 750/1993, alterada pela Resolução CFC n 1.282/2010 e a resolução CFC nº 1.180, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi determinado conforme ofício 4635/2011/ CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 que as EFPC não efetuem o registro contábil até que haja manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal.

### **15. Informações relativas às alterações nos regulamentos dos planos de benefícios**

A CELPOS realizou um trabalho de modernização de conteúdo do regulamento do Plano de Benefícios Definidos - BD, tornando-o mais claro e compreensível, além de, promover algumas alterações que objetivam o equilíbrio do plano. Esta proposta será aprovada pelo Conselho Deliberativo, submetida ao conhecimento da Patrocinadora e posteriormente divulgada amplamente com todos os participantes.

Quanto ao Regulamento do Plano Misto I de Benefícios – CELPOS CD, serão realizadas duas alterações, sendo a primeira para atender a Instrução MPS/PREVIC nº 5 de 08/09/2011, a qual determina mudanças na planificação contábil padrão, nas normas complementares, na função e funcionamento das contas contábeis, com realocação de valores entre as contas, realizou ajustes no texto do Regulamento em conformidade com a Nota Técnica Atuarial, e a segunda, em benefício dos participantes ativos que aderiram ao Plano a partir de 2006, para incrementar suas contribuições será implantado o percentual de 80%, antes só permitidas nas faixas de 50% e 70%. As referidas mudanças serão implementadas em 2012 após as devidas aprovações regulamentares.

## •PARECERES

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores da  
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS  
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, (“CELPOS” e ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a

avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

### **Outros assuntos**

*Reclassificação - Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011*

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) substituiu pela Resolução CNPC nº 8 em 31 de outubro de 2011, a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

Como parte dos nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, examinamos também as variações sobre os saldos de fundos administrativos e fundos dos investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3. Em nossa opinião, tais variações estão apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

*Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 1 de abril de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Salvador, 15 de março de 2012.

**KPMG Auditores Independentes**

**CRC 2SP014428/O-6**

**Cristiano Seabra Di Girolamo**

**Contador CRC BA-017826/O-4 "S" PE**

## •Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 34, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2011, à vista dos Balancetes e demais Demonstrações Financeiras, que lhes foram apresentados. Assim sendo e considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo Analítico dos Investimentos, levantados em 31 de dezembro de 2011, bem como nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefícios) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), findo naquela data, para o que contaram com os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 27 de fevereiro de 2012 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD) e da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 15 de março de 2012, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo.

Recife, 21 de março de 2012.

**João Paulo Ferreira Neto** - Presidente

**Wlademir Lacerda de Moura** - Membro Suplente/Titular

**Jackeline Lira do Nascimento Araújo** - Membro Titular

## • Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, presentes à reunião, realizada no dia 21 de março de 2012, em cumprimento ao disposto no Artigo 20, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 27 de fevereiro de 2012 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD), da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 15 de março de 2012 e do Conselho Fiscal, datado de 21 de março de 2012, e ainda levando em consideração as informações suplementares prestadas pela Diretoria na aludida reunião, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 21 de março de 2012.

**Amauri Pereira da Silva** - Presidente

**Sandra Maria Albuquerque Torreão** - Membro Titular

**Rogério José Fragoso de Sousa** - Membro Titular

**José Carlos Medeiros Leite** - Membro Titular

**Almir Teles de Sá Filho** - Membro Titular

**André Luiz dos Santos** - Membro Titular

## **PARECER ATUARIAL PLANO BD:**

### **V.1. - CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:**

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no custo total de 20,82% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (já considerada a existência da contribuição normal de 10,25% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios, bem como considerando que o custeio das despesas administrativas seja feito, à parte, de forma paritária pelos participantes/assistidos e pelo Patrocinador), conforme descrito a seguir:

<b>TIPO DE BENEFÍCIO</b>	<b>CUSTO (%)</b>	
	<b>Ano Anterior</b>	<b>Ano Atual</b>
Aposentadorias *1	17,73%	17,92%
Invalidez	1,15%	0,57%
Pensão por Morte	2,42%	2,13%
Auxílio -Funeral/Mortalidade/Doença por Acidente do Trabalho	0,20%	0,20%
<b>SUB -TOTAL (1)</b>	<b>21,50%</b>	<b>20,82%</b>
Suplementar	-	-
<b>SUB -TOTAL (2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (1)+(2)</b>	<b>21,50%</b>	<b>20,82%</b>

\*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

**NOTA:** A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

**OBS:** Na avaliação Atuarial de 2011, a idade média dos participantes não assistidos é de 50 anos.

2) O custo total reavaliado de 20,82% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2012, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais "Puras" (*1)	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	10,75%	10,41%
Contribuição Normal da Patrocinadora	10,75%	10,41%
<b>Sub-Total</b>	<b>21,50%</b>	<b>20,82%</b>
Contribuição Suplementar	-	-
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)</b>	<b>21,50%</b>	<b>20,82%</b>
<b>Contribuições Normais dos Assistidos</b>		
Aposentados Assistidos	10,18%	10,25%
Pensionistas Assistidos	-	-

(\*1) "Puras" significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas.

**NOTA:** A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicadas sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Custeio Administrativo.

**3)** A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 20,82% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2011, de 20,82% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2011.

## **V.2.- VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:**

**1)** As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2010	31/12/2011	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	524.246.880,45	550.658.176,14	5,04%
Provisão de Benefícios a Conceder	96.805.020,69	93.445.522,09	(3,47)%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	0,00%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	621.051.901,14	644.103.698,23	3,71%

### **V.3. - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:**

1) A situação financeiro-atuarial, em 31/12/2011, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, patrocinado pela CELPE, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 31/01/2006, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, bem como avaliada com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Tábua Geral de Mortalidade “qx da AT-2000 (masculina)” no lugar da Tábua Geral de Mortalidade “qx da AT-83 (masculina)”, da adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina)” no lugar da Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$  da AT-49 (masculina)” e da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FRACA) no lugar da LIGHT (MÉDIA), e já considerando o ajuste no Plano de Custeio realizado no ano de 2011 que, na posição de 31/12/2010, representou reverter um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (21.283.771,22) num Superávit Técnico de R\$ 2.854.989,33, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (28.036.860,66), equivalente a 4,55% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 616.066.837,57.

2) Na posição de abertura do exercício de 2011, a adoção das novas taxas de contribuição dos participantes não assistidos e assistidos e da contrapartida paritária do Patrocinador, realizada em 2011, reverteu, conforme já destacado, uma situação deficitária de R\$ (21.283.771,22) numa situação superavitária de R\$ 2.854.989,33 e, na posição de encerramento do exercício de 2011, a adoção da Tábua Geral de Mortalidade “qx da AT-2000 (masculina)” no lugar da Mortalidade Geral “qx da AT-83 (masculina)”, da Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina)” no lugar da Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$  da AT-49 (masculina)” e da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FRACA) no lugar da LIGHT (MÉDIA), representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 15.050.731,85.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) no lugar do qx da AT-83 (masculina).
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos:  $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina) no lugar do  $q_x^i = q_x$  da AT-49 (masculina).
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FRACA) no lugar da LIGHT (MÉDIA).
- iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 6% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Entre 1% e 2% ao ano.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada a Experiência Regional de Composição de Família correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, com base na experiência observada no ano de 2009 (estando prevista pra 2014 a revisão quinquenal dessa Experiência Regional).

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5% (compatível com uma inflação anual média de 4,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Na avaliação atuarial do exercício de 2011, correspondente ao Déficit Técnico Acumulado de R\$ (28.036.860,66), tomou-se por base os Percentuais de aumento das Contribuições Normais Puras (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritárias, estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, apresentada na Situação 2 do JM/0348/2011 de 04/02/2011, ou sejam:

Período	Percentuais de aumento, já estabelecidos no Plano de Custeio de 2011, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Janeiro 2012 a Março 2012	+ 54,44%
Abril 2012 a Março 2013	+ 64,67%
Abril 2013 a Março 2014	+ 75,58%
Abril 2014 a Março 2015	+ 87,21%
Abril 2015 a Março 2016	+ 99,62%
Abril 2016 a Março 2017	+ 112,85%
Abril 2017 a Março 2018	+ 126,96%
Abril 2018 a Março 2019	+ 141,99%
Abril 2019 em diante	+ 158,32%

(\*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais "Puros" (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

**OBS.:** Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo das sobrecargas administrativas “P%” será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$\frac{\left[ \left( \frac{1}{85} - 1 \right) \div \left( 1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]}{1 + \left[ \left( \frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left( 1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]} \cdot 100\%$$

Portanto, se “% de aumento” for +54,44%, temos que P% = 10,2547%; e se “% de aumento” for +64,67%, temos que P% = 9,6793%.

**NOTA:** A Tabela de Contribuição Normal “Pura” Referencial, ou seja, a Tabela sobre a qual se aplica o Percentual de aumento para se estabelecer as Contribuições Normais do Período (e que se encontra no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS) é a seguinte (tanto para os Participantes/Assistidos, quanto para a Patrocinadora):

Idade na data da última inscrição no PLANO BD (*2)	Percentual de Contribuição “Pura” incidente sobre as parcelas do Salário Real de Contribuição (*1)			
	Parcela 1 (*3)	Parcela 2 (*4)	Parcela 3 (*5)	Parcela 4 (*6)
até 19 anos	1,81%	3,62%	8,16%	12,00%
de 20 a 24 anos	1,96%	3,77%	8,62%	13,20%
de 25 a 29 anos	2,09%	3,90%	9,07%	14,40%
de 30 a 34 anos	2,22%	4,03%	9,53%	15,60%
de 35 a 39 anos	2,35%	4,18%	9,97%	16,80%
de 40 a 44 anos	2,54%	4,36%	10,43%	18,00%
de 45 anos em diante	2,72%	4,54%	10,88%	19,20%

(\*1) Para os Assistidos, o Salário Real de Contribuição é o valor do Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte.

(\*2) Para o Participante Fundador é a idade na data da última admissão como empregado do Patrocinador.

(\*3) É a Parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 50% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(\*4) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 50% e 100% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(\*5) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 100% e 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(\*6) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar e 100% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

**OBS.:** Os Percentuais de Contribuição Normal “Pura” Referencial, constantes do quadro anterior, em relação aos que não recebem Gratificações Especiais, devem ser multiplicados por 1,125.

**5)** Considerando que, conforme destacado no numeral 2 deste item V.3., com a adoção dos aumentos contributivos, já estabelecidos no Plano de Custeio de 2011, para as Contribuições Normais “Puras” Paritárias apresentados no numeral 4 anterior, o Déficit Técnico Acumulado, existente no encerramento do exercício de 2010, de R\$ (21.283.771,22) se reverteu, tomando por base a data de 31/12/2010, num Superávit Técnico Acumulado de R\$ 2.854.989,33, podemos dizer que, em realidade, não se registra mais, ao final de 2010, a existência de Déficit Técnico Acumulado por equacionar e, neste contexto, ao final de 2011, dentro do conceito da Resolução MPS/CGPC N° 26/2008, ao final do exercício de 2011, desde que o referido Déficit não seja superior a 10% (dez por cento) do exigível atuarial, só é imperativo equacionar a parcela do Déficit Técnico Acumulado de caráter estrutural.

**6)** A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2011, foi de 10,34% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,59% o que, em termos reais, representou obter mais 3,88%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 6% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, fato que representou uma perda, classificada como conjuntural, de R\$ (13.361.029,57).

**7)** Este Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atualizadas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3° da Resolução CGPC N° 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse Procedimento de registro de títulos classificados “até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

**8)** Se registrava, em 31/12/2011, um saldo devedor de R\$ 147.261.867,08 do patrocinador para com esse Plano de Benefícios Definidos, a ser amortizado em 144 meses a contar de janeiro de 2012 pelo Sistema SAC com juros reais não inferiores a 6% ao ano e atualização monetária mensal pelo INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem.

#### **V.4. - QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:**

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, bem como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

#### **V.5.- VARIAÇÃO DO RESULTADO DEFICITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:**

- Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2010, atualizado para 31/12/2011 pela meta atuarial da rentabilidade .....R\$ (23.963.398,02) (\*1)
  - Reversão em 01/01/2011 do Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2010, atualizado para 31/12/2011 pela meta atuarial de rentabilidade..R\$ 27.177.830,50 (\*2)
  - Repercussão de não ter sido obtida ao longo de 2011 uma rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade.....R\$ (13.361.029,57) (\*3)
  - Repercussão da adoção das novas Tábuas de Mortalidade Geral, de Mortalidade de Inválidos e Entrada em Invalidez ..... R\$ (15.050.731,85) (\*4)
  - Outros Resultados Líquidos de Origens Diversas e Pulverizadas .....R\$ ( 2.839.531,72) (\*5)
- 
- Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2011 ..... R\$ (28.036.860,66)

$$(*1) \text{ R\$ } (21.283.771,22) \times 1,1259 = \text{R\$ } (23.963.398,02)$$

$$(*2) [\text{R\$ } 2.854.989,33 - \text{R\$ } (21.283.771,22)] \times 1,1259 = \text{R\$ } 27.177.830,50$$

$$(*3) \text{ R\$ } 616.066.837,57 - \text{R\$ } 629.427.867,14 = \text{R\$ } (13.361.029,57)$$

$$(*4) \text{ R\$ } 629.052.966,38 - \text{R\$ } 644.103.698,23 = \text{R\$ } (15.050.731,85)$$

$$(*5) \text{ R\$ } (28.036.860,66 - [\text{R\$ } (23.963.398,01) + \text{R\$ } 27.177.830,50 + \text{R\$ } (13.361.029,57) + \text{R\$ } 15.050.731,85]) = \text{R\$ } (28.036.860,66) - [\text{R\$ } (25.197.328,94)] = \text{R\$ } (2.839.531,72)$$

## **V.6. - NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:**

Do Déficit Técnico Acumulado, existente em 31/12/2011, de R\$ (28.036.860,66), estamos classificando o correspondente a R\$ (13.361.029,57) como de natureza conjuntural por corresponder à não obtenção, ao longo de 2011, de uma rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade líquida e o restante R\$ (14.675.831,09) = R\$ (28.036.860,66) - R\$ (13.361.029,57) como de natureza estrutural.

Neste contexto, considerando as colocações apresentadas no numeral 5 do item V.3. destas Demonstrações Atuariais (D.A.), só é imperativo equacionar dentro do Plano de Custeio do exercício de 2012, o correspondente a R\$ (14.675.831,09), por ser de natureza estrutural, do total do Déficit Técnico Acumulado de R\$ (28.036.860,66) existente ao final de 2011.

Para realizar o equacionamento do Déficit Estrutural de R\$ (14.675.831,09), apurado no encerramento do exercício de 2011, os Percentuais de aumento, a serem estabelecidos no Plano de Custeio de 2012, para as Contribuições Normais Paritárias, passam a ser os seguintes (em substituição ao já estabelecido no Plano de Custeio de 2011), apresentados no numeral 4 do item V.3. destas Demonstrações Atuariais (D.A.), ou sejam:

<b>Período</b>	<b>Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2012, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)</b>
Janeiro 2012 a Março 2012	+54,44%
Abril 2012 a Março 2013	+66,93%
Abril 2013 a Março 2014	+80,43%
Abril 2014 a Março 2015	+95,02%
Abril 2015 a Março 2016	+110,79%
Abril 2016 a Março 2017	+127,84%
Abril 2017 a Março 2018	+146,27%
Abril 2018 a Março 2019	+166,19%
Abril 2019 em diante	+188,05%

(\*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Anexo 2 do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

Caso fossem estabelecidos, no Plano de Custeio de 2012, os Percentuais de aumento necessários para equacionar a totalidade do Déficit Técnico Acumulado de R\$ (28.036.860,66), apurado ao final de 2011, e não apenas a Parcela de Natureza Estrutural desse Déficit Técnico Acumulado (a qual é de R\$ (14.675.831,09), tais Percentuais de aumento para as Contribuições Normais Paritárias, passariam a ser os seguintes (em substituição ao já estabelecido no Plano de Custeio de 2011), apresentados no numeral 4 do item V.3. destas Demonstrações Atuariais (D.A.), ou sejam:

<b>Período</b>	<b>Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2012, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)</b>
Janeiro 2012 a Março 2012	+54,44%
Abril 2012 a Março 2013	+68,84%
Abril 2013 a Março 2014	+84,58%
Abril 2014 a Março 2015	+101,80%
Abril 2015 a Março 2016	+120,62%
Abril 2016 a Março 2017	+141,19%
Abril 2017 a Março 2018	+163,69%
Abril 2018 a Março 2019	+188,28%
Abril 2019 em diante	+215,52%

(\*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Anexo 2 do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

### **V.7.- ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:**

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte e dos Auxílios Reclusão e Doença por Acidente do Trabalho, permanecendo os seguintes Benefícios de Pequeno Porte, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

## **PARECER ATUARIAL PLANO CELPOS CD:**

### **V.1. - CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:**

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto Ide Benefícios da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no custo total de 12,87%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias	10,64%	9,62 %
Pecúlio por morte / invalidez (*1)	1,46%	1,32 %
<b>SUBTOTAL (1)</b>	<b>12,10%</b>	<b>10,94 %</b>
Suplementar	-%	-%
Custo administrativo (*1)	2,13%	1,93%
<b>SUB-TOTAL (2)</b>	<b>2,13 %</b>	<b>1,93 %</b>
<b>TOTAL (1)+(2)</b>	<b>14,23%</b>	<b>12,87 %</b>

\*1:Custos calculados considerando que todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

*NOTA:* Na avaliação Atuarial de 2011, a idade média dos participantes ativos é de 38 anos.

2) O custo total reavaliado de 12,87% será custeado, no exercício de 2012, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
<b>Referência</b>		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	5,32%	4,81%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*2)	8,91%	8,06%
<b>Sub-Total</b>	<b>14,23%</b>	<b>12,87%</b>
Contribuição suplementar	-%	-%
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):</b>	<b>14,23%</b>	<b>12,87%</b>
<b>Contribuições Normais dos Assistidos:</b>		
Aposentados Assistidos	-%	-%
Pensionistas Assistidos	-%	-%

\*1: Considerando como se todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

\*2: Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, ao custeio dos Benefícios de Risco e ao Custeio Paritário dos Benefícios Programados.

**NOTA:** No numeral 4 do item V.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que continuará em vigor em 2012.

## **V.2. - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:**

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte

<b>Referência</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>Variação</b>
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 1.765.055,12	R\$ 455.863,36	(74,17)%
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 68.651.968,93(*1)	R\$ 75.345.043,89 (*1)	9,75%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	- %
<b>Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)</b>	<b>R\$ 70.417.024,05</b>	<b>R\$ 75.800.907,25</b>	<b>7,65%</b>

\*1: Em 31/12/2010, se excluiu da Provisão de Benefícios a Conceder o valor de R\$ 1.902.668,26 correspondente à Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder, já que, no Plano de Contas vigente em 31/12/2011, esse valor passou a ser registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco a Conceder (fora do âmbito das Provisões Matemáticas).

## **V.3. - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:**

1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

2) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os “qx da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculino) agravados em 50%, que vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2011, alcançou o valor de R\$ 2.731.239,17 comparativamente aos R\$ 1.902.668,26 registrados em 31/12/2010.

3) Em se tratando do Benefício de Risco por Entrada em Invalidez Total e Permanente, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os “ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) agravados em 50%”, que vem se mostrando suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 1.902.668,26, registrado em 31/12/2010, para R\$ 2.731.239,17 em 31/12/2011.

4) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que continuará em vigor em 2012, é basicamente o seguinte:

**a) Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo:**

De caráter obrigatório, corresponde a:

- R% de 2% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor correspondente a 10 (dez) Unidades de Referência da CELPOS (UR)(\*1); e
- R% de 9% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor correspondente a 10 Unidades de Referência da CELPOS (UR)(\*1), sendo R% um percentual definido no §3º do Art. 35 do Regulamento do Plano.

(\*1):UR é a Unidade Referência CELPOS, cujo valor é igual a R\$ 286,26 (a preços de dezembro de 2011).

A totalidade de Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo é destinada à cobertura dos Benefícios Programados do Plano.

**b) Contribuição Normal Facultativa do Participante Ativo:** corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.

**c) Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para cobertura dos Benefícios Programados:** corresponde a um valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 127,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

**d) Contribuição para Benefícios de Risco do Patrocinador:** corresponde a 27,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e a 0,00% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

**e) Contribuição para Despesas Administrativas:** Atualmente realizada exclusivamente pelo Patrocinador em valor igual a 40,13% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo (Normal ou Especial).

**f) Contribuição dos Assistidos:** No Plano de Custeio vigente não está prevista a cobrança de contribuições dos Assistidos.

5) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do Regulamento de Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.

#### **V.4. - QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:**

1) Os dados cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

#### **V.5.- VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:**

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

#### **V.6. - NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:**

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

#### **V.7.- ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:**

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Entrada em Invalidez Total e Permanente, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.